

representa^{coop}

relações
institucionais

INFORME **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

[semanal]

IRP Nº 31 – ano 2025

28 de julho a 01 de agosto de 2025



Sumário

- Agenda do Congresso no segundo semestre de 2025.
- O desafio das eleições 2026 na era da hiperinformação.

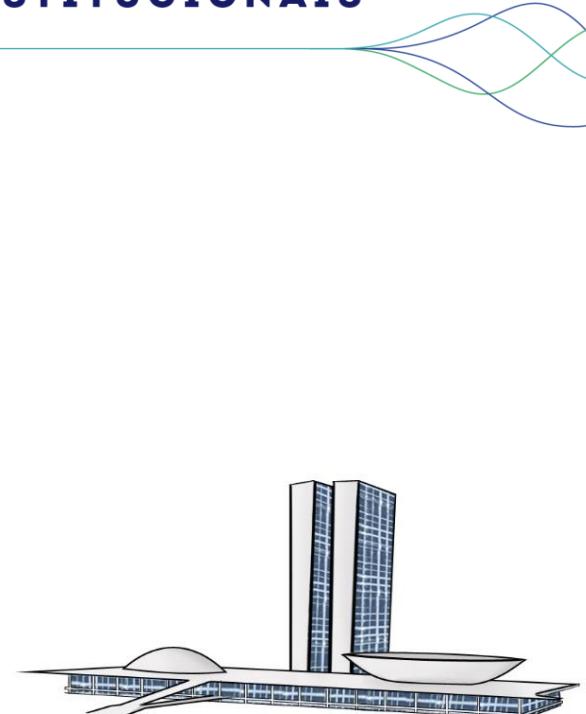
EXPECTATIVA DO SEGUNDO SEMESTRE LEGISLATIVO

O segundo semestre de 2025 será marcado por uma pauta legislativa mais enxuta e estratégica na Câmara dos Deputados, conforme sinalizado pelo presidente da Casa, Hugo Motta (REP-PB). Em recente declaração, Motta enfatizou que o foco do período será o **avanço de projetos com maior consenso entre os líderes partidários, com ênfase em propostas com impacto direto na economia, na segurança jurídica e na desburocratização de processos para o setor produtivo**. O presidente afirmou que a prioridade da Câmara será a votação do projeto que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil por mês (PL 1087/25) que já recebeu relatoria do Deputado Arthur Lira (PP-AL) na comissão especial. Para Motta, a medida representa "justiça tributária" e terá impacto direto no orçamento de milhões de brasileiros.

O contexto político pré-eleitoral tende a reduzir o ritmo das deliberações, mas a expectativa é de que temas prioritários para o setor agropecuário, por exemplo, mantenham espaço relevante na agenda parlamentar. Entre as urgências no Ramo Agro, está **Projeto de Lei 1532/2024**, do Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) que aumenta o prazo para que proprietários de terras em áreas de fronteira solicitem a confirmação de seus registros de imóveis. Além disso, define que o órgão do governo responsável deverá enviar diretamente ao Congresso Nacional os pedidos de autorização para ratificação de terras com área superior a dois mil e quinhentos hectares. A tramitação da proposta é acompanhada de perto pela FRENCOOP e conta com o engajamento e articulação da Senadora Tereza Cristina (PP-MS) no Senado e dos Deputados da Pedro Lupion (PP-PR), Tião Medeiros (PP-PR) e Sérgio Souza (MDB-PR) na Câmara.

A previsibilidade e o funcionamento do colégio de líderes na construção de acordos nas votações, tem sido uma marca da gestão do atual presidente da Câmara Hugo Motta. As reuniões semanais de quinta-feira, na estrutura formal da Câmara dos Deputados, tem dado ar de maior transparência na definição de agenda na casa. O que entra ou não na agenda, tem sido decidido por um colegiado com participação ativa dos líderes partidários.

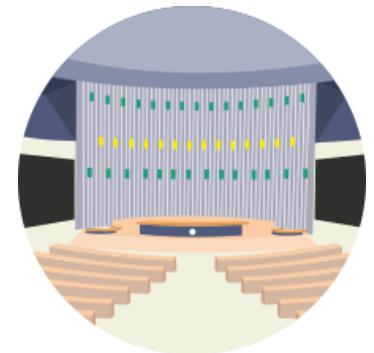
No entanto, governo e oposição divergem de agenda como veremos a seguir.



GOVERNO E OPOSIÇÃO ANUNCIAM AGENDA PRIORITÁRIA DO SEGUNDO SEMESTRE

Governo

Segundo a liderança de governo no congresso, a prioridade da bancada é a aprovação do **(PL 1087/25)** que amplia a faixa de isenção do **Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil por mês**, e pode ganhar uma faixa ainda maior, estendendo-se para quem ganha até R\$ 7 mil reais mensais. Além disso, o governo prepara o anúncio da criação de mais 5 novos programas sociais antes das eleições de 2026, visando diferentes setores da população, incluindo classe média, trabalhadores de aplicativos e famílias de baixa renda: Gás para Todos; Ampliação das faixas do Minha Casa, Minha Vida; Crédito para reformas residenciais; Financiamento para compra de motos elétricas por entregadores e veículos por motoristas de aplicativo; Paradas de descanso para caminhoneiros.



Oposição

A bancada de oposição na Câmara dos Deputados, liderada por parlamentares do PL e apoiada por membros dissidente de partidos governistas, anunciou como principal prioridade no retorno dos trabalhos legislativos em agosto **a votação do PL 2858/2022, que propõe anistia** aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023. A medida tem sido tratada como resposta às recentes decisões do ministro Alexandre de Moraes (STF) que impuseram restrições ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Além da pauta da anistia, a oposição pretende retomar a discussão sobre o **fim do foro privilegiado, por meio da PEC 333/2017**, e articula ações no Senado que visam ao impeachment do ministro Alexandre de Moraes, alegando violações de direitos e excessos nas decisões do STF. Essas movimentações intensificam a tensão entre poderes e reforça o posicionamento da oposição em torno da defesa de uma agenda que combina pautas jurídicas e institucionais com forte apelo político entre seus apoiadores.

OS DESAFIOS DE ORGANIZAR ELEIÇÕES NA ERA A HIPERCOMUNICAÇÃO

As eleições gerais de 2026 no Brasil se desenham em um cenário político de elevada complexidade e hipercomunicação, ambiente cada vez mais digital, intensivo em termos de mídia e quantidade de informações. A disputa pelo Executivo Federal e pelos governos estaduais ocorrerá sob forte polarização, marcada pela reconfiguração das lideranças políticas, pela atuação intensa nas redes sociais e pelo impacto das decisões do Judiciário em temas sensíveis, como a elegibilidade de lideranças de ambos os espectros políticos. No entanto, o acesso a informação a regulamentação do uso das redes sociais, o combate a desinformação e o uso de tecnologias como a inteligência artificial são temas que vem tomando a agenda eleitoral em todo o mundo.

Um dos grandes desafios para as eleições de 2026 será a **regulação da propaganda eleitoral frente ao uso intensivo de tecnologias como a inteligência artificial (IA)** e à disseminação de conteúdos desinformativos. A uma expectativa sobre a reforma eleitoral em tramitação no congresso, e sobre a Justiça Eleitoral que deverá atualizar e operacionalizar normas para lidar com *deepfakes*, **robôs, uso indevido de dados pessoais e produção automatizada de conteúdos**, elementos que podem comprometer a integridade da disputa.

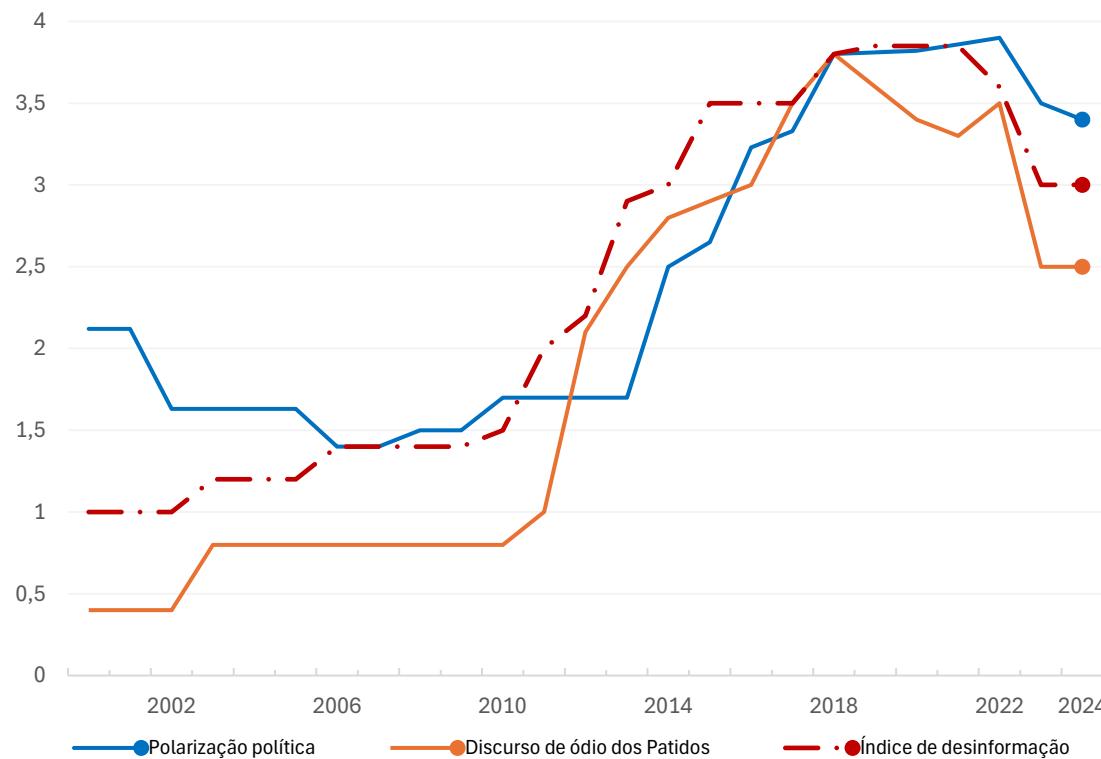
A informação é um ativo primordial nas democracias, tanto para a prestação de contas dos mandatários, quanto para a tomada de decisão dos eleitores. Para que a tomada de decisão seja qualificada, é necessário que o cidadão tenha acesso a **informações diversas e de qualidade**. No entanto, nos últimos 20 anos, esse tema tem preocupado agentes democráticos em todo o mundo. O relatório de 2025 do Instituto V-Dem (Democracy Report) aponta que a desinformação tem crescido mesmo em democracias consolidadas, sendo disseminada por governos, partidos políticos e agentes de comunicação oficiais e informais.

Segundo dados do V-Dem, há uma forte correlação entre desinformação e polarização. A crescente disseminação de desinformação precede a uma crescente polarização, que subsequente pode gerar autocratização, algo que tem sido observado ao longo do tempo dentro dos países.



OS DESAFIOS CORRELACIONADOS DA DESINFORMAÇÃO E DA POLARIZAÇÃO

Gráfico – Indicadores de polarização, desinformação e discurso de ódio dos partidos no Brasil segundo o V-Dem (2000-2024):



Fonte: Varieties of Democracy – Global Standards Knowledge, 2025. Recorte de dados para o Brasil.

Explicação detalhada dos indicadores.

A escalada da desinformação no Brasil, especialmente após as manifestações de 2013, tem sido um fator determinante para o acirramento da polarização política. O uso intensivo das redes sociais como meio de mobilização e debate público permitiu a difusão rápida de informações falsas, simplificações ideológicas e discursos de ódio entre grupos com posições divergentes. Esse processo, que se intensificou nos últimos anos, atingiu seu ápice entre as eleições de 2018 e 2022, período marcado por disputas narrativas extremadas.

Indicadores internacionais de polarização ajudam a dimensionar esse fenômeno. Em uma escala de 0 a 4, que mede a propensão à hostilidade entre apoiadores de campos políticos opostos, o Brasil se aproxima dos níveis mais altos. O nível 0 representa um ambiente em que há interações predominantemente amigáveis entre grupos divergentes, enquanto o nível 4 indica que essas interações são majoritariamente hostis. Nos últimos ciclos eleitorais, com alto índice de polarização, refletindo um cenário em que o convívio democrático tem sido comprometido por disputas carregadas de desinformação, desconfiança, agressividade e radicalização

Esse ambiente polarizado traz desafios concretos para o funcionamento das instituições para a qualidade do debate público, e para a participação política. Diante desse quadro, iniciativas de educação política, transparência na comunicação e fortalecimento de canais de diálogo plural se tornam urgentes para conter tais efeitos e reconstruir uma cultura democrática baseada no respeito à divergência.

Como podemos melhorar nosso Informe?

Acesse o formulário pelo QR-code abaixo ou no link
<https://forms.office.com/r/xYwjCXWMUh> e deixe sua
sugestão e/ou opinião.

